

MJ-Licitação

De: Guilherme Valland Junior <guilherme@lancenow.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 17 de fevereiro de 2020 14:09
Para: MJ-Licitação
Assunto: Fwd: Processos-posição-atual-Leilão-Guarani
Anexos: Guilherme_Valland_Junior_2018_18_06_Embargos_à_Execução_Manifestação_União (1).pdf

Alexandra,

Vou atrás da certidão e te encaminharei!
Este é um e-mail mais completo do que passei para a Ana Flávia!

Obrigado

Guilherme Valland Júnior
Leiloeiro Oficial
Jucesp 407

Cel. 55 11 98283-1100
Esc. 55 11 5092-3606

E-mails:
- lancenowsup@gmail.com
- guilherme@lancenow.com.br

Website: lancenow.com.br

Início da mensagem encaminhada:

De: Felipe Pinheiros <felipe@sanseverino.adv.br>
Data: 14 de fevereiro de 2020 16:32:17 BRT
Para: GUILHERME VALLAND JUNIOR <guilherme@lancenow.com.br>, LanceNow Suporte <lancenowsup@gmail.com>
Assunto: Processos-posição-atual-Leilão-Guarani

Caro Guilherme Volland,

Boa tarde!

Ref.: Execução Fiscal nº 0013427-38.2015.403.6105, instaurada de Ofício pelo Magistrado da 5ª Vara Federal de Campinas.

1) Conforme solicitado, segue um breve posicionamento dos processos oriundos da execução fiscal citada acima, instaurada de ofício pelo Juiz Federal de Campinas, em virtude do leilão do Estádio do Guarani Futebol Clube - Brinco de Ouro da Princesa.

2) Atualmente, existem dois mandados de segurança em andamento, que foram impetrados em virtude da decisão do Magistrado da 5ª Vara Federal de Campinas, que houve por bem anular o leilão do Estádio Brinco de Ouro da Princesa. Ambos os recursos serão julgados pelo *Superior Tribunal de Justiça*, haja vista os Recursos Ordinários interpostos contra os acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

3) Por outro lado, em primeira instância, existem os Embargos à Execução nº 0002220-37.2018.4.03.6105, distribuído por dependência à Execução Fiscal nº 0013427-38.2015.403.6105, opostos para maior discussão acerca da CDA nº 80615067586-00, que foi constituída sem observância ao princípio do contraditório, sem processo administrativo e com a natureza de “custas”, situação essa que **afronta** indiscutivelmente os requisitos para formação de uma Certidão de Dívida Ativa, mormente porque os valores recebidos com a arrematação do estádio **têm natureza particular por se tratar de comissão**.

4) A própria Credora, União Federal, **afirma categoricamente** não ter legitimidade para cobrar o valor recebido a título de comissão, mormente porque o valor recebido “*não está abrangido pelo conceito de custas*”, ou seja, “*Tal valor possui caráter privada (comissão) e foi pago pelo arrematante, o único que possui legitimidade para pleitear a restituição e por meio de rito adequado*”. Note-se (decisão anexa):

9. Nos termos do artigo 704, IV, do CPC/1973, incumbe ao leiloeiro receber do arrematante a comissão estabelecida em lei ou arbitrada pelo juiz. No mesmo sentido é o teor do artigo 884, parágrafo único, do Novo CPC. **Nesse contexto, o valor relativo à comissão fora pago ao leiloeiro pelo arrematante, conforme recibo de arrematação de fls. 863, por meio do cheque 000026, Banco 237, Agência 3381-2.**

10. Portanto, Excelência, a utilização desta execução fiscal para reaver tais valores é inadequada. A União-Fazenda Nacional entende que quem possui legitimidade para cobrar tais valores do leiloeiro é o arrematante, em processo próprio e por meio do rito adequado, considerando que não houve devolução espontânea, o que inviabilizou a restituição nestes autos.

11. Há que se ressaltar ainda que, também nestes autos, houve determinação de expedição de ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa do saldo remanescente não restituído, sob a denominação de **custas**, o que fora cumprido pela Exequente. Após a inscrição, foi ajuizada a execução fiscal n.º 00134273820154036105.

12. No entanto, a União entende que tal valor não está abrangido pelo conceito de custas, o que inviabilizaria a inscrição em dívida ativa e cobrança por meio de execução fiscal. Tal valor possui caráter privado (comissão) e foi pago pelo arrematante, o único que possui legitimidade para pleitear a restituição e por meio de rito adequado.

5) Desta forma, conclui-se: **(i)** De ofício, foi constituído um suposto crédito fiscal com valores de natureza privada – comissão, com peças processuais extraídas da Execução Fiscal nº 0007157-13.2006.4.03.6105, movida contra o Guarani Futebol Clube; **(ii)** De ofício, foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0013427-38.2015.403.6105 contra o Leiloeiro, em nome da Fazenda Nacional, cuja dívida **não** é reconhecida pela Fazenda, conforme manifestação citada acima; **(iii)** A CDA apresentada no caso *sub judice* afronta todos os dispositivos legais aplicáveis no caso concreto, mormente porque **“o título não atende os requisitos previstos no artigo 2º, § 5º, inciso III, da Lei 6.830/80, na medida em que não constou a origem da dívida e a natureza do crédito tributário, o que inviabilizou o exercício do direito de defesa da executada, por não possuir os requisitos mínimos exigidos por lei.”**

6) E, por fim, cumpre esclarecer que o Leiloeiro não pode ser prejudicado pelos atos praticados entre arrematante (MMG Consultoria Empresarial) e o devedor Guarani Futebol Clube nos dias que antecederam o leilão, cujas notícias da imprensa local poderiam ter despertado no antigo Magistrado a desconfiança de eventual conluio entre as partes, mas por uma decisão teratológica, o leilão, que deveria ser anulado

pela existência vício, foi anulado por suposto preço vil, afastando indevidamente o direito legítimo do Leiloeiro de permanecer com a comissão recebida pela arrematante MMG.

É o resumo do necessário. Qualquer dúvida seguimos à disposição.

Cordialmente,

Felipe Nascimento

SANSEVERINO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. Padre Pereira de Andrade, 601
CEP 05469-000 - Alto de Pinheiros
São Paulo SP Brasil
Tel/fax : 55 11 3021-3828
e-mail: felipe@sanseverino.adv.br

AVISO LEGAL: O conteúdo desta mensagem e dos documentos anexos é destinado somente às pessoas indicadas no endereçamento eletrônico, podendo conter informações confidenciais e/ou legalmente protegidas por sigilo fiscal, profissional e/ou outros, cuja divulgação é proibida por lei. O recebimento desta mensagem por qualquer outra pessoa não implica perda de sua confidencialidade. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, solicitamos a gentileza de que seja imediatamente devolvida ao seu remetente e eliminada completamente de seu sistema. É vedado revelar, distribuir, copiar, ou, sob qualquer forma, utilizar o todo ou parte desta mensagem ou dos documentos a ela anexados, sob as penas da lei.